

ATUALIDADE

CHEGA VAI PROPOR REDUÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS E DE MINISTROS

PÁG. 02



DESTAQUE

**JM JACABOU EM AGOSTO MAS
EQUIPA RECEBE 35 MIL EUROS
POR MAIS UM ANO E MEIO**

PÁG. 03

POLÍTICA

**ANTÓNIO TÂNGER-CORRÊA
VAI SER CABEÇA DE LISTA
ÀS EUROPEIAS PELO CHEGA**

PÁG. 04

POLÍTICA

**CORRUPÇÃO:
OCDE APONTA FALHAS
A PORTUGAL**

PÁG. 04

CHEGA VAI PROPOR REDUÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS E DE MINISTROS



N POR FOLHA NACIONAL

A primeira proposta do partido de André Ventura desta legislatura vai ser a redução do número de deputados e de ministérios no Governo, retomando assim uma das suas bandeiras no sentido de racionalizar os recursos do Estado. Estas iniciativas constam do programa eleitoral com que o partido se apresentou a estas eleições e são bandeiras antigas do CHEGA, tendo sido apresentadas nas anteriores legislaturas, passando respetivamente por "reduzir o número de Deputados à Assembleia para um número entre 100 e 180 deputados" e "reduzir o número de ministérios para doze, numa ótica de contenção nos gastos públicos e de eficiência no governo e na administração pública que pugne por um uso prudente e eficiente dos recursos do Estado". O presidente do CHEGA desafiou o primeiro-ministro indigitado e presidente do PSD, Luís Montenegro, a dar esse sinal na composição do Governo, que seria visto como de aproximação ao seu partido. "Que reduza o número de ministros e apresente um Gover-

no com, no máximo 12 ministérios, para dar um sinal de que estamos verdadeiramente a fazer uma reforma do sistema político", disse Ventura, que referiu ainda que os dois partidos têm a maioria necessária para reduzir deputados, ministros e secretários de Estado. "Só não o faremos se não quisermos", acrescentou.

No passado, a Assembleia da República, presidida por Ferro Rodrigues, recusou a proposta do partido de Ventura que visava a redução do número de deputados no Parlamento, bem como o corte nos salários dos políticos a nível municipal e nacional. Na altura, Ventura dizia que os políticos não deviam ficar de fora dos sacrifícios da restante população, referindo que "é importante que ministros, deputados e autarcas sintam o mesmo que a generalidade do povo português, uma redução significativa dos seus rendimentos pessoais e familiares."

Esta proposta fez ainda parte da revisão constitucional apresentada pelo CHEGA, podendo ler-se nesse projeto que se pretende "desde a redução do número de deputados à



A alteração da composição da Assembleia da República para um número entre 100 e 180 deputados implicará, naturalmente, uma reforma da legislação eleitoral em vigor que, não sendo desta sede, deve ser debatida na Assembleia da República

definição rígida de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos públicos, passando pelo limite do número de ministérios possíveis num governo constitucional, são muitas e de ampla latitude as propostas de alteração que apresentamos no âmbito do sistema político português." Acrescenta-se ainda na proposta de alteração da lei fundamental que "a alteração da composição da Assembleia da República para um número entre 100 e 180 deputados implicará, naturalmente, uma reforma da legislação eleitoral em vigor que, não sendo desta sede, deve ser debatida na Assembleia da República." O efeito desta redução não deve provocar a redução, ainda maior, da representatividade dos distritos menos populosos, mas antes impulsionar que acabe o fenómeno dos "votos perdidos", por exemplo, através da criação de um círculo nacional de compensação.

Na ótica do CHEGA e de André Ventura, um Governo e uma Assembleia da República mais pequenos dão o sinal correto aos cidadãos, sendo que um

Governo grande e um parlamento desmesuradamente grande não são sinónimos de boa governação e bom gasto dos dinheiros públicos.

O CHEGA já apresentou também outras propostas no passado que se prendem com a redução do ordenado dos políticos, sendo "um gesto de solidariedade muito concreto da classe política para com os mais pobres". Aquando desta proposta, o Presidente do CHEGA referia que "num país onde se morre numa lista do SNS à espera de um ato médico, onde os polícias para defender as suas vidas precisam de tirar do seu orçamento familiar para comprar coletes à prova de bala, onde cada vez mais pessoas vivem na rua, onde idosos deixam de comer para poderem comprar medicamentos; não é justo que os políticos não sejam solidários para com estes portugueses".

Os 50 deputados do CHEGA não conseguem aprovar por si só as propostas que irão apresentar, mas existe uma enorme expectativa quanto às dinâmicas parlamentares que se vão criar em torno destas matérias.



JMJ ACABOU EM AGOSTO MAS EQUIPA RECEBE 35 MIL EUROS POR MAIS UM ANO E MEIO

N POR FOLHA NACIONAL

A Jornada Mundial da Juventude já lá vai, mas o dinheiro despendido com a mesma continua a sair dos cofres públicos. E não é pouco. Apesar de a realização da Jornada Mundial da Juventude ter culminado com a vinda do Papa Francisco a Portugal, em agosto do ano passado, a equipa nomeada pelo Governo para coordenar os traba-

lhos continua a ser paga pelo erário público e assim continuará até ao final deste ano. O grupo de trabalho liderado pelo ex-vereador da Câmara Municipal de Lisboa, do Bloco de Esquerda, está a auferir cerca de 35 mil euros por mês, um valor que apenas deixará de ser pago no final de 2024 – 16 meses depois do fim da Jornada Mundial da Juventude.

Para André Ventura, este episódio “mostra bem como se vive em Portugal, sempre a usar o dinheiro dos contribuintes para dar mais uns euros aos amigos”

Feitas as contas, esta equipa custará aos contribuintes mais de 1,3 milhões de euros, o que já levou o Presidente do CHEGA a pronunciar-se sobre a polémica. Em declarações ao Folha Nacional, André Ventura disse ser “incompreensível” a razão pela qual a equipa de nove pessoas, liderada por José

Sá Fernandes, se mantém em funções até “quase um ano e meio após a realização da Jornada Mundial da Juventude”. “Como se não bastasse o balúrdio que foi o altar palco, os ajustes diretos que ainda hoje não sabemos a quem foram atribuídos e as derrapagens orçamentais, sabemos agora que uma equipa, cujo trabalho terminou em agosto do ano passado, está a receber 35 mil euros por mês até ao final deste ano”, disse o Presidente do CHEGA.

Para André Ventura, este episódio “mostra bem como se vive em Portugal, sempre a usar o dinheiro dos contribuintes para dar mais uns euros aos amigos”. “A verdade é que o grande problema de Portugal não é a falta de dinheiro, é a forma como ele é gerido e este episódio é bem elucidativo da forma como os governos do PS e PSD tendem sempre a desfalcar o Estado em prol dos boys do sistema”, apontou Ventura.

A polémica estalou nos últimos dias quando se tornou conhecido o relatório do Tribunal de Contas de fiscalização aos contratos celebrados a propósito da realização da Jornada Mundial da Juventude. Conforme se lê no relatório do Tribunal de Contas, o “pagamento das remunerações dos membros do grupo de projeto criado pelo governo gerou uma despesa de 679 032 euros até 31 de maio de 2023, correspondente ao exercício de metade do respetivo mandato (19 meses), sendo expectável que venha, pelo menos, a duplicar”. No mesmo documento, o Tribunal de Contas critica a ausência de planeamento financeiro do evento e, conseqüentemente, a forma como o dinheiro dos contribuintes foi gasto na Jornada Mundial da Juventude.

O documento alerta para o elevado e excessivo número de contratos realizados por ajuste direto – mais de metade do total dos contratos celebrados com vista à celebração do evento religioso.

A este propósito, Filipe Anacoreta Correia (CDS), vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, disse, em declarações à Antena 1, que efetivamente existiu um excessivo recurso a contratos por ajuste direto, mas atirou as culpas para o antigo executivo, de Fernando Medina, quem acusou de ter deixado o processo de organização do evento atrasar-se, o que, na sua ótica, levou à necessidade de se recorrer a um maior número de contratos por ajuste direto.

MARCELO QUER VER COSTA “NOUTRAS ENCRUZILHADAS” AO SERVIÇO DE PORTUGAL

COM AGÊNCIA LUSA

O Presidente da República despediu-se de António Costa enquanto primeiro-ministro, mas não fechou a porta à possibilidade de ambos se reencontrarem “noutras encruzilhadas” ao serviço de Portugal.

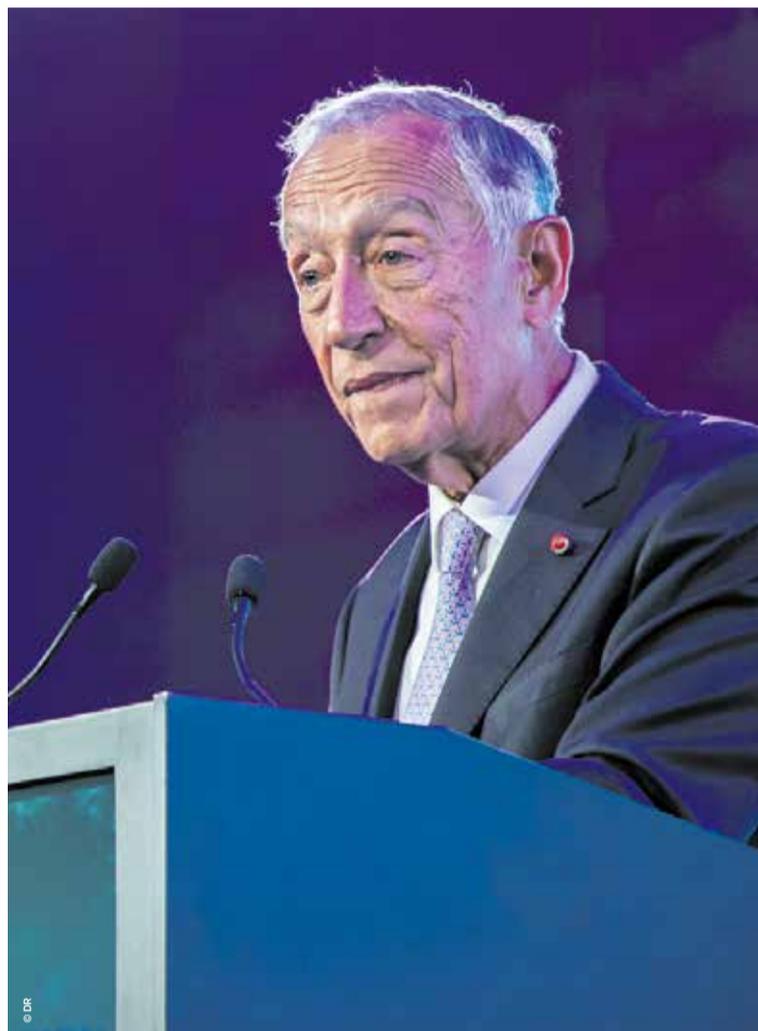
“Não quer isto dizer que seja a última vez que nos encontramos nestas encruzilhadas do serviço de Portugal”, disse Marcelo Rebelo de Sousa numa declaração aos jornalistas, no final da reunião do Conselho de Ministros, em que não houve direito a perguntas, e sem explicar ao que se referia.

O chefe de Estado agradeceu ainda pelos oito anos de convivência o primeiro-ministro, considerando difícil encontrar na história da democracia portuguesa um período de maior solidariedade institucional entre as duas figuras.

“Não quer dizer que houve sempre acordo, mas houve sempre um bom relacionamento institucional e, acima disso, solidariedade nacional”, sublinhou.

A cooperação institucional entre Belém e São Bento teve altos e baixos, passou por uma ‘geringonça’, por uma pandemia e por muitos braços de ferro entre Marcelo e Costa, muitos deles, acabaram no Tribunal Constitucional.

Uma das situações mais tensas, foi sem dúvida o braço de ferro



de Costa com Marcelo, quando seguiu João Galamba como ministro das Infraestruturas. Esta situação, levou mesmo a um último aviso de Belém. Foi a penúltima cena, de um

acto final que terminou a 7 de novembro de 2023, quando o primeiro-ministro apresentou demissão após um caso de corrupção que envolveu o seu próprio gabinete.

VICE-PRESIDENTE DO CHEGA ANTÓNIO TÂNGER-CORRÊA VAI SER CABEÇA DE LISTA ÀS EUROPEIAS

COM AGÊNCIA LUSA

O vice-presidente do CHEGA António Tânger Corrêa será o cabeça de lista do partido às eleições europeias de 09 de junho, anunciou esta semana André Ventura. Este nome foi avançado pelo presidente do CHEGA, André Ventura, em declarações aos jornalistas na Assembleia da República. Ventura considerou que o candidato tem “a experiência política e o conhecimento do mundo internacional” necessários e afirmou que o CHEGA vai às eleições europeias

“para vencer”. Em declarações em Roma, num evento do partido ID que se realizou no passado fim de semana, o presidente do CHEGA referiu que “era importante que o ID e os conservadores formassem um bloco unido, de forma a evitar que Ursula von der Leyen fosse novamente eleita para a Comissão Europeia”. Ventura, reforçou que o ID é o único partido europeu, que tem lutado contra as vagas maciças de imigrantes que assolam a Europa, e tem sido a última linha de defe-

sa da família, contra os partidos globalistas que contaminam as nossas crianças com ideologias de género e agendas LGBTQ+. As eleições europeias deste ano, apontam para que o próximo parlamento europeu tenha uma configuração mais à direita, acabando com a hegemonia do PPE e S&D, reforçando o ID e o ECR (Conservadores Reformistas). A acontecer este reforço à direita, vão existir certamente mudanças nomeadamente na política de emigração da União Europeia.

CORRUPÇÃO: OCDE APONTA FALHAS



POR AGÊNCIA LUSA

O relatório da OCDE sobre corrupção aponta falhas a Portugal no acompanhamento dos registos de interesses dos altos responsáveis do Estado, atrasos na apresentação de contas dos partidos políticos e no financiamento partidário por donativos anónimos.

“Embora 98% dos deputados tenham apresentado declarações de interesses nos últimos cinco anos, Portugal não acompanha a divulgação de interesses a ministros, funcionários públicos de alto nível e juizes de alto nível”, lê-se no relatório anticorrupção da OCDE.

A OCDE diz que Portugal define as circunstâncias e relações que podem levar a situações de conflito de interesses para funcionários públicos, bem como responsabilidades institucionais, conformidade e procedimentos de verificação para declarações de interesses, mas “não promove o acompanhamento desses interesses”.

Segundo o documento, todos

os partidos políticos apresentaram contas relacionadas com as eleições dentro dos prazos definidos pela lei para os dois últimos ciclos eleitorais. “Contudo, nem todos os partidos políticos apresentaram contas anuais dentro dos prazos definidos pela legislação nacional durante os últimos cinco anos”, destaca.

Em matéria de auditoria de risco de corrupção, a OCDE diz que “embora os regulamentos para a implementação do controlo interno sejam aplicáveis a todas as instituições governamentais, não existem definições estabelecidas de auditoria interna e controlo interno que sejam aplicáveis em todas as instituições governamentais”.

Embora a estratégia tenha em vigor um plano de ação disponível ao público, que inclui objetivos com indicadores específicos ao nível dos resultados, metas de base e uma lista de atividades, a OCDE critica não existir “nenhum relatório de monitorização” sobre este plano de ação.

Opinião



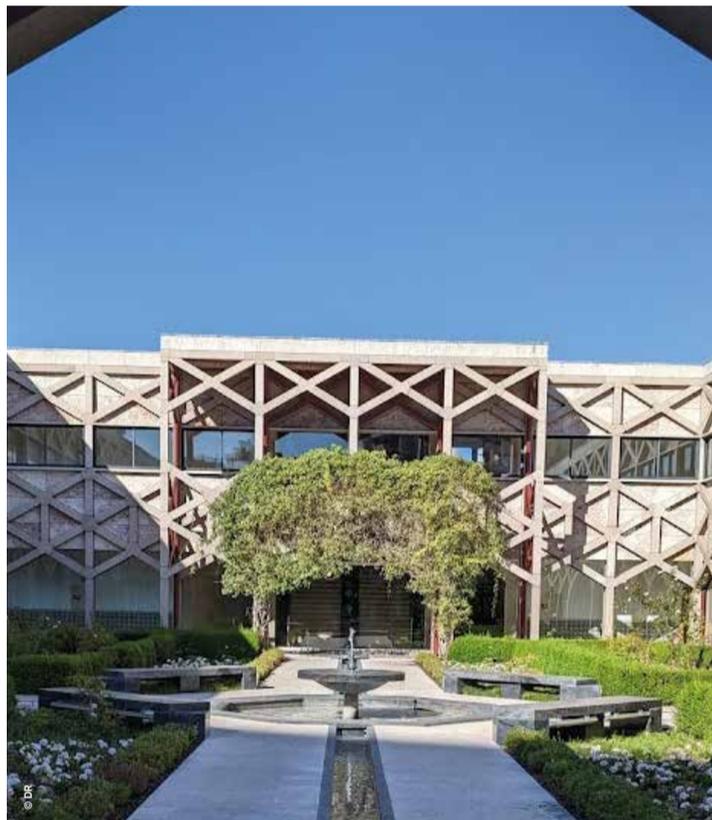
A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

POR ÁLVARO COSTA
DEPUTADO MUNICIPAL EM MATOSINHOS

O cenário político português, pós-eleições de 10 de Março, tem sido marcado por uma série de movimentações e disputas políticas em torno de alianças e desacordos. A recusa do líder da AD, Luís Montenegro, em formar um acordo com o Chega, é emblemática desse impasse. Enquanto alguns "clientes do sistema" aplaudem as promessas feitas durante a campanha eleitoral (NÃO, É NÃO), outros questionam se essa postura é verdadeiramente benéfica para o país, tendo em vista a urgente necessidade de garantir uma estabilidade governamental. Para compreender melhor essa questão, é fundamental recorrer aos ensinamentos de Max Weber entre a "Ética da responsabilidade e a Ética da convicção". Enquanto a primeira destaca a obrigação dos políticos considerarem as consequências práticas das suas acções tendo sempre em foco o bem comum, a segunda enfatiza a fidelidade às convicções pessoais, independentemente das consequências.

Weber argumenta que os líderes políticos não devem ater-se às suas convicções pessoais, devem primordialmente considerar as consequências práticas das suas acções. Para ele, a política envolve a tomada de decisões ponderadas, que levem em conta não os princípios pessoais, mas sim os princípios colectivos e seus impactos reais sobre a sociedade. Na esfera política, as promessas assumem uma dimensão colectiva, afectando não apenas os indivíduos directamente envolvidos, mas toda a sociedade. Nesse contexto, a recusa de Montenegro em criar pontos de entendimento com o Chega, deve ser interpretada como uma clara falta de ética de responsabilidade, pois prioriza claramente as promessas pessoais e partidárias, em detrimento dos interesses do país. Após oito anos de (des)governo socialista, é crucial que Portugal possa contar com um governo capaz de garantir a estabilidade política, promovendo dessa forma o desenvolvimento sustentável do país. Na esfera política, frequentemente nos deparamos com armadilhas oriundas dos próprios interesses partidários. A imposição de obstáculos por parte de Montenegro ao Chega revela-se um erro estratégico de grande magnitude para a estabilidade do país. Neste cenário, o PSD tem duas alternativas: reconhecer a necessidade de transpor tais barreiras em prol da estabilidade nacional, ou permanecer irremediavelmente vinculado às suas linhas vermelhas, contribuindo, assim, para a perpetuação da instabilidade política e desconsiderando a vontade de uma parte significativa da população portuguesa (1.169.469 votos), comprometendo, irremediavelmente, o futuro de Portugal.

TERRORISTA DO CENTRO ISMAILI ACUSADO DE 11 CRIMES



POR AGÊNCIA LUSA

O Ministério Público (MP) acusou o alegado autor do ataque ao Centro Ismaili de 11 crimes, entre os quais dois de homicídio agravado, anunciou esta semana o Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

O ataque ao Centro Ismaili aconteceu em 28 de março de 2023, desencadeado por um cidadão afegão, beneficiário do estatuto de proteção internacional enquanto refugiado, e que se encontra a cumprir a medida de coação de internamento preventivo no hospital psiquiátrico

"O Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação para julgamento por tribunal coletivo contra um arguido de nacionalidade afegã, pela prática de factos ilícitos correspondentes a dois crimes

de homicídio agravado, seis crimes de homicídio agravado na forma tentada, dois crimes de resistência e coação sobre funcionário e um crime de detenção de arma proibida", lê-se na nota publicada na página oficial do MP. O ataque ao Centro Ismaili aconteceu em 28 de março de 2023, desencadeado por um cidadão afegão, beneficiário do estatuto de proteção internacional enquanto refugiado, e que se encontra a cumprir a medida de coação de internamento preventivo no hospital psiquiátrico prisional de Caxias por sofrer de doença mental.

O comunicado acrescenta que "existe uma elevada probabilidade de o arguido vir a praticar outros ilícitos típicos da mesma natureza, pelo que o DCIAP requereu, também, a aplicação judicial de medida de segurança de internamento". O alegado autor do ataque no Centro Ismaili, ocorrido em 28 de março, matou duas mulheres com uma arma branca, tendo sido baleado pela polícia e levado, nesse dia, para o Hospital de São José, em Lisboa.

ESTUDO DIZ QUE 10% DOS INQUIRIDOS JÁ PARTICIPOU NUMA MANIFESTAÇÃO

POR AGÊNCIA LUSA

Apenas 10% dos inquiridos num estudo da Amnistia Internacional participou numa manifestação nos últimos cinco anos e quase metade acha que estes eventos têm de ser organizados, havendo 35% que defende a criminalização da desobediência civil.

A investigação da Amnistia Internacional (AI), com o nome "A Liberdade como Bandeira", é sobre o direito à manifestação em Portugal e tem

por base um inquérito desenvolvido em parceria com a Universidade Católica a 1.001 residentes em Portugal com mais de 16 anos.

Os resultados do inquérito mostram que 90% das pessoas não participou em qualquer manifestação desde 2018, estando aqui incluídos não só protestos mais tradicionais, como desfiles e greves, mas também reuniões de assembleias de freguesia, por exemplo.

JUSTIÇA ALERTA PARA ATRASOS NA EMISSÃO DE ATESTADOS DE INCAPACIDADE

POR AGÊNCIA LUSA

A Provedora de Justiça alertou esta semana para os "consideráveis atrasos" na emissão de atestados médicos de incapacidade múltiplos (AMIM) e para os "vários problemas por resolver" no sistema de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência.

Num relatório de balanço e recomendações da AMIM, Maria Lúcia Amaral destaca os avanços registados na emissão de atestados médicos e

lembra que a partir de 2012 houve "um substancial acréscimo de pedidos de atestado". Durante os últimos cinco anos, a Provedoria de Justiça recebeu cerca de 1.500 queixas relativas ao AMIM, tendo emitido "diversas recomendações". De acordo com a lei, os exames pelas JMAI devem ser realizados no prazo de 60 dias a contar da data de entrega do requerimento de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência.

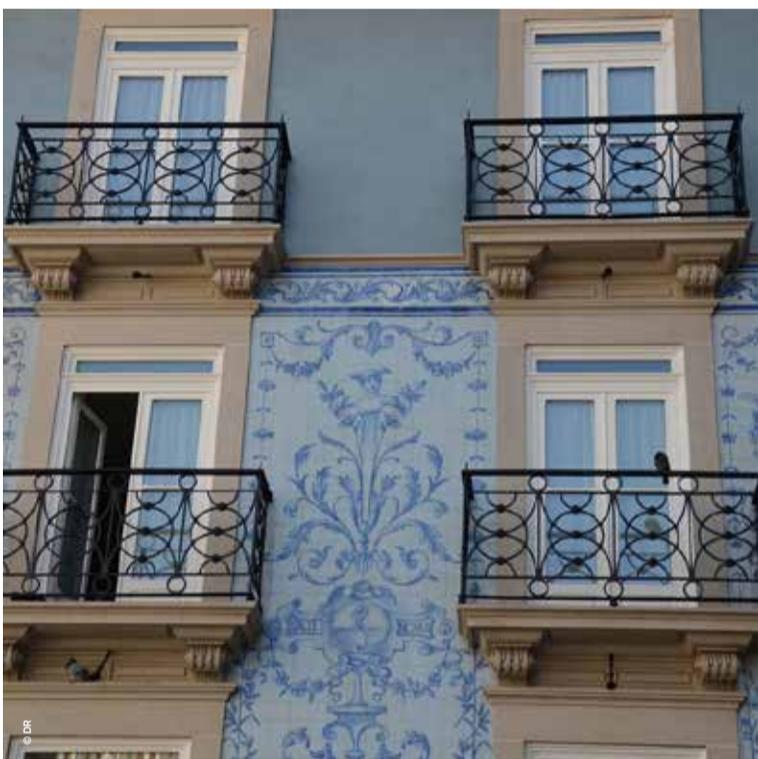
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS SUSPENDE RECOLHA DE DADOS DA ÍRIS

POR AGÊNCIA LUSA

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) decidiu suspender, por 90 dias, a recolha de dados biométricos da íris e rosto realizada pela Worldcoin Foundation, para salvaguardar o direito à proteção de dados pessoais, especialmente de menores. Em comunicado, a CNPD explica que a empresa já foi informada desta suspensão temporária, que decorre até que seja concluída a averiguação e emitida a

decisão final sobre a matéria. A adoção desta medida provisória urgente surge na sequência de "largas dezenas de participações" recebidas na CNPD no último mês, dando conta da recolha de dados de menores de idade sem a autorização dos pais ou outros representantes legais, bem como de deficiências na informação prestada aos titulares, na impossibilidade de apagar os dados ou revogar o consentimento.

60% DO NOVO CRÉDITO À HABITAÇÃO A CLIENTES DE BAIXO RISCO



POR AGÊNCIA LUSA

O perfil de risco dos novos clientes de crédito à habitação melhorou em 2023, com 61% dos novos empréstimos a serem contraídos por clientes de baixo risco, divulgou o Banco de Portugal no relatório de acompanhamento das recomendações macroprudenciais. Segundo o Banco de Portugal (BdP), “desde 2018 observa-se uma melhoria do perfil de risco dos mutuários que contratam créditos à habitação”. Em 2023, houve um “claro crescimento” do crédito à habitação concedido a clientes de baixo risco, tendo aumentado para 61% (face a 49% em 2022), isto num ano de aumento das taxas de juro e dos preços da habitação. Os novos créditos à habitação incluem as transferências de empréstimos entre bancos (2023 foi um ano excepcional nas transferências de créditos), contudo, o Banco de Portugal não faz (pelo menos para já) qualquer ligação entre a redução do risco e a transferência de créditos pois precisará de mais tempo para ver a evolução. Contudo, avisa no relató-

rio que, devido a isso, o perfil dos clientes em 2023 “não é diretamente comparável com o de anos anteriores”. Um cliente de baixo risco significa que tem uma taxa de esforço inferior ou igual a 50% do rendimento e um rácio ‘loan to value’ (o valor emprestado pelo banco face

Segundo o Banco de Portugal (BdP), “desde 2018 observa-se uma melhoria do perfil de risco dos mutuários que contratam créditos à habitação”. Em 2023, houve um “claro crescimento” do crédito à habitação concedido a clientes de baixo risco (...)

ao valor da casa) inferior ou igual a 80%. A maturidade média ponderada das novas operações de crédito à habitação foi de 30,6 anos em dezembro de 2023, pelo que – segundo o Banco de Portugal – os bancos estão a cumprir a recomendação de fazer convergir a maturidade média para 30 anos.

ENCARGOS DO ESTADO COM JUROS SUBIRAM 23,3% NO ANO PASSADO

POR AGÊNCIA LUSA

A despesa do Estado com juros subiu 23,3% em 2023, ascendendo a 5.752 milhões de euros, e interrompeu a tendência decrescente iniciada em 2015, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). No ano passado, a fatura do Estado com juros aumentou 1.019 milhões de euros face a 2022, quando registou um encargo de 4.664 milhões de euros. O aumento dos encargos com juros interrompe a tendência decrescente iniciada em 2015, depois de ter atingido 8,4 mil milhões de euros em 2014.

A despesa total das Administrações Públicas subiu de 5,2% entre 2022 e 2023, com o crescimento de 11,1% da despesa de capital e de 4,6% na despesa corrente. Para o aumento da despesa corrente contribuíram de forma significativa as remunerações dos empregados (crescimento de 7,6%, em 1.962 milhões de euros) e a despesa com juros, refletindo “as medidas de valorização dos rendimentos e carreiras dos trabalhadores em funções públicas, iniciadas em 2023 e a subida considerável das taxas de juro”. No caso das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, o aumento foi de 1.649 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de crescimento de 4,1%, refle-



tindo as atualizações das pensões enquadradas no regime geral da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, bem como o aumento no número de pensionistas, indica o INE.

Entre 2022 e 2023, a receita total aumentou 9%, ascendendo a 115.621 milhões de euros, impulsionada pelo aumento de 8,1% da receita corrente (mais 8.508 milhões de euros).

INVESTIMENTO PÚBLICO FICA 600 MILHÕES DE EUROS ABAIXO DO ORÇAMENTO DO ANO PASSADO

POR AGÊNCIA LUSA

A execução do investimento público ficou, no ano passado, mais de 600 milhões de euros aquém do previsto, ao ascender a 6.742,8 milhões de euros, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O Ministério das Finanças previa, na proposta do Orçamento do Estado para 2024, entregue em outubro, que o investimento público se cifrasse em 7.404 milhões de euros em 2023, mas os dados publicados esta semana

pelo organismo de estatística nacional revelam que o investimento ficou subexecutado. Segundo o INE, o investimento público (medido pela Formação Bruta de Capital Fixo) totalizou, em contabilidade nacional, 6.742,8 milhões de euros em 2023, uma diferença de 661 milhões de euros face ao previsto. A previsão de outubro já traduzia uma revisão em baixa face ao inicialmente projetado quando foi entregue a proposta do Orçamento do Estado para 2023

(OE2023), em outubro de 2022. No OE2023, o Governo estimava que o investimento público totalizasse 8.618 milhões de euros, pelo que a diferença face aos dados publicados pelo INE ascende a 1.875,2 milhões de euros. Ao longo dos últimos anos, a execução do investimento público tem ficado recorrentemente abaixo do orçamentado. Os dados divulgados pelo INE indicam que o investimento público subiu 969,7 milhões de euros entre 2022 e 2023.

PEDIDOS DE ASILO NA UE VOLTAM A ULTRAPASSAR UM MILHÃO EM 2023



COM AGÊNCIA LUSA

A União Europeia (UE) recebeu em 2023 mais de um milhão de novos pedidos de asilo, uma subida de 20% face ao ano anterior, aproximando-se dos picos de 2015 e 2016, divulgou esta semana o Eurostat. De acordo com o serviço estatístico

co europeu, a UE tem registado desde 2021 um aumento de pedidos de asilo, tendo atingido os 1,049 milhões de requerentes de países terceiros, aproximando-se dos picos de 2015 e 2016 (1,2 milhões e 1,1 milhões, respetivamente), provocado pela guerra

na Síria. A Síria mantém-se, desde 2013, como o principal país de origem, tendo dez anos depois representado 183 mil novos pedidos de proteção internacional (17% do total da UE).

O Afeganistão (100.900, 10% do total) é o segundo maior ponto de origem, seguido pela Turquia (90 mil, 09%), Venezuela e Colômbia (67.100 e 62 mil, respetivamente, 06% do total).

A Alemanha (329 mil, 31%) mantém-se como o país mais escolhido pelos refugiados, seguindo-se a Espanha (160.500, 15%), a França (145.100, 14%) e a Itália (130.600, 12%). Este quatro Estados-membros representam quase três quartos (73%) de todos os novos pedidos de asilo. Esta pressão migratória tem escalado de forma significativa na última década, pressionando os governos europeus e a União Europeia a repensarem uma nova estratégia. A maioria dos pedidos de asilo são de cidadãos de origem de estados falhados e muito expostos a fenómenos de 'fundamentalismo islâmico', estando bem patente nas mentes dos europeus o risco de terrorismo e de atentados em solo europeu. A exemplo disso, temos o mais recente ataque em Moscovo que vitimou 137 pessoas e feriu mais de 180.

ATENTADOS FRUSTRADOS EM FRANÇA EM 2024. PAÍS EM ALERTA MÁXIMO

POR AGÊNCIA LUSA

O primeiro-ministro francês, Gabriel Attal, anunciou esta semana que dois projetos de atentado foram "frustrados" em França desde o início de 2024.

"A ameaça terrorista islâmica é real, é forte" e "nunca enfraqueceu", acrescentou Attal, durante uma visita a uma estação de comboios de Paris, depois de o sistema de alerta Vigipirate ter sido elevado para o nível máximo. A quatro meses dos Jogos Olímpicos (JO), França está, assim, novamente em alerta máximo para a ameaça de atentados, após o ataque ocorrido na sexta-feira em Moscovo, perpetrado, segundo o Presidente francês, Emmanuel Macron, por uma "entidade" do grupo 'jihadista' Estado Islâmico (EI), que esteve na origem de "várias tentativas recentes" em território francês. Numa altura em que se prepara para organizar o evento desportivo mundial em Paris, de 26 de julho a 11 de agosto, o Governo francês, para o qual a segurança era já uma grande preocupação, quer mostrar que leva a ameaça a sério, ao mesmo tempo tranquilizando a população quanto à sua capacidade de a controlar.

ta-feira em Moscovo, perpetrado, segundo o Presidente francês, Emmanuel Macron, por uma "entidade" do grupo 'jihadista' Estado Islâmico (EI), que esteve na origem de "várias tentativas recentes" em território francês. Numa altura em que se prepara para organizar o evento desportivo mundial em Paris, de 26 de julho a 11 de agosto, o Governo francês, para o qual a segurança era já uma grande preocupação, quer mostrar que leva a ameaça a sério, ao mesmo tempo tranquilizando a população quanto à sua capacidade de a controlar.



BOLSONARO APRESENTA QUEIXA CONTRA LULA



POR AGÊNCIA LUSA

O ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro apresentou uma queixa contra o atual Presidente, Lula da Silva, exigindo desculpas e uma indemnização por ter sugerido que retirou mobiliário da residência presidencial quando deixou o poder, anunciou o seu advogado. Um pedido de "danos morais" foi colocado conjuntamente pelo antigo presidente e sua mulher Michelle num tribunal da capital brasileira, segundo um documento entregue no sábado à agência noticiosa AFP pelo advogado Fábio Wajngarten. Na quarta-feira, o Go-

verno brasileiro indicou que "261 objetos" do palácio presidencial estavam em falta em janeiro de 2023, data da tomada de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando se instalou na residência presidencial de Brasília, Lula indicou que diversos móveis tinham desaparecido. O antigo casal presidencial pediu a Lula para "se retratar na mesma proporção do prejuízo que causou". Pediram igualmente uma compensação de 20.000 reais (cerca de 3.700 euros) que deverá ser entregue a uma organização não-governamental (ONG).

PUTIN ATRIBUI ATENTADO EM MOSCOVO A RADICAIS ISLÂMICOS

POR AGÊNCIA LUSA

O Presidente russo, Vladimir Putin, atribuiu o ataque terrorista numa sala de espetáculos em Moscovo a "radicais islâmicos", mas voltou a fazer uma ligação à Ucrânia, alegando que os atacantes procuravam fugir para o país vizinho.

"É importante responder à questão: por que motivo os terroristas, depois do seu crime, tentaram partir para a Ucrânia? Quem os esperava lá?", perguntou o Presidente russo numa reunião do Governo, acrescentando: "Sabemos quem cometeu esta atrocidade contra a

Rússia e o seu povo. O que nos interessa é quem ordenou isso". O atentado, executado na sexta-feira e que deixou pelo menos 137 mortos e 182 feridos, foi reivindicado pelo grupo terrorista Estado Islâmico, enquanto as autoridades da Ucrânia, país invadido pela Rússia em fevereiro de 2022, afastaram qualquer envolvimento.

Falando numa reunião com responsáveis governamentais, Putin disse que aquelas mortes foram cometidas por extremistas, "cuja ideologia o mundo islâmico tem combatido durante séculos".

NETANYAHU ESTÁ A PROVOCAR UMA CRISE ARTIFICIAL

A Casa Branca considera que as divergências públicas com Israel sobre uma resolução do Conselho de Segurança da ONU é uma crise artificial fabricada pelo primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, por razões de política interna, indicaram fontes oficiais norte-americanas. A posição dos Estados Unidos é clara: lemos a resolução como um apelo a um cessar-fogo e à libertação dos reféns.

GALP DESCE PREÇOS DA ELETRICIDADE E DO GÁS NATURAL

Numa nota, a Galp afirma que "vai proceder a uma atualização dos preços de eletricidade e de gás natural com descidas médias de 28% e de 19%, respetivamente, na fatura mensal para o consumidor final". Segundo a empresa, estas descidas refletem a diminuição dos preços da energia nos mercados internacionais durante o primeiro trimestre que terão efeito a partir do início de abril.

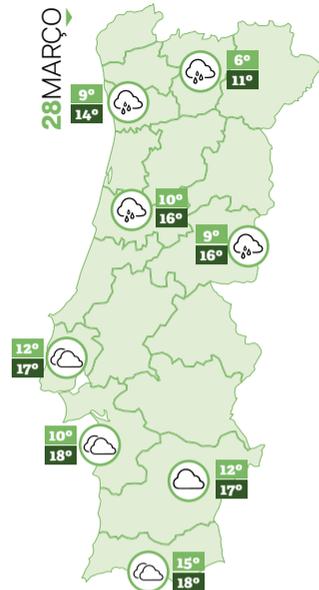
ZELENSKY DEMITE SECRETÁRIO DA DEFESA E SEGURANÇA

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, demitiu esta terça-feira o secretário do Conselho de Defesa e Segurança Nacional, Oleksiy Danilov, cujo cargo será ocupado pelo até agora chefe do serviço de informações externas, Oleksandr Litvinenko. Zelensky não revelou os motivos da demissão de Danilov.

Insólito da Semana

IR DE 'COCA': CADÁVER COM MAIS DE 11 MIL DOSES DE COCAÍNA

Este insólito aconteceu em Lisboa e culminou com a detenção de dois cidadãos estrangeiros, no âmbito de uma operação de combate ao tráfico de droga. Um dos sujeitos acabou por falecer e, durante a autópsia, foram detetadas mais de 11 mil doses de cocaína dentro do seu cadáver. As causas da morte foram apontadas ao possível rebentamento de uma das cápsulas de cocaína.



Meteorologia

VILA REAL	PORTO	COIMBRA	CASTELO BRANCO
sexta-feira 29/03 3° 10°	sexta-feira 29/03 7° 14°	sexta-feira 29/03 8° 14°	sexta-feira 29/03 6° 13°
sábado 30/03 3° 10°	sábado 30/03 8° 14°	sábado 30/03 8° 14°	sábado 30/03 6° 13°
domingo 31/03 5° 10°	domingo 31/03 8° 13°	domingo 31/03 7° 13°	domingo 31/03 7° 13°
LISBOA	SETÚBAL	BEJA	FARO
sexta-feira 29/03 9° 15°	sexta-feira 29/03 8° 16°	sexta-feira 29/03 9° 14°	sexta-feira 29/03 11° 17°
sábado 30/03 8° 14°	sábado 30/03 9° 16°	sábado 30/03 8° 14°	sábado 30/03 10° 16°
domingo 31/03 9° 15°	domingo 31/03 10° 16°	domingo 31/03 8° 15°	domingo 31/03 10° 17°

PORTUGAL REAL

CHEGA REPUDIA CONSTANTES CONVITES AO BLOCO DE ESQUERDA



O CHEGA de Mira apresentou uma nota de repúdio pela presença da ex-deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, numa escola de Mira no âmbito das comemorações do Dia da Mulher. A nota de repúdio surge na sequência de outros convites endereçados sempre a elementos do Bloco

de Esquerda, como foi o caso da eurodeputada Marisa Matias e de Fernando Rosas em atividades organizadas pelo Agrupamento de Escolas de Mira. O partido CHEGA, que conta com 50 deputados à Assembleia da República, não pode continuar a ser ignorado no âmbito destas atividades do Agrupamento de Escolas

de Mira que demonstra uma certa preferência política. O eleito do CHEGA na Assembleia Municipal de Mira exige um tratamento igual, demonstrando da parte dos eleitos do CHEGA, nomeadamente pelo círculo de Coimbra, total disponibilidade para participarem em atividades do dito Agrupamento de Escolas.

Retornados



Capture o código QR e acompanhe online



N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMÍSSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPL, N.º 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A. RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PERE PINHEIRO SÍTI O FICIAL: FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 21 800 UNIDADES